

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

21 JUN 2016

Mudança do STF não é fundamento para prender antes do trânsito em julgado

Em segunda liminar no mesmo sentido,
desembargador Camargo Aranha Filho,
do TJ-SP, impede prisão de réu cuja condenação

O juízo não pode determinar que uma pena seja cumprida antes do trânsito em julgado sem fundamentação concreta, pois tal ato pode caracterizar que o julgador está piorando a situação do réu. O entendimento foi aplicado liminarmente pelo desembargador Camargo Aranha Filho, relator da Reclamação 2120422-14.2016.8.26.0000 na 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A decisão liminar reforma sentença de primeira instância que condenava o réu a começar a cumprir pena de prisão antes do trânsito em julgado. O entendimento, aplicado pelo juízo da Vara Única da Comarca de Rosana, descumpriu acórdão da 15ª Câmara, tinha condicionado a expedição de mandado de prisão ao fim da ação.

Essa é a segunda vez nesta semana que o desembargador aplicou esse entendimento, anteriormente a argumentação foi usada na Reclamação 2120166-71.2016.8.26.0000. Nos dois casos, a defesa dos réus, em vez de apresentar um Habeas Corpus, entrou com uma reclamação

exigia fim do processo

criminal contra o juiz de primeiro grau com o argumento foi que o juiz descumpriu decisão de instância superior.

As decisões de primeiro grau partiram do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no começo deste ano. No HC 126.292, a corte, por maioria, determinou que as prisões podem ocorrer antes que todas as possibilidades recursais tenham se esgotado, pois recursos ao STF e ao STJ tem natureza constitucional e infraconstitucional, respectivamente, ou seja, não tratam de casos concretos.

“É vedado ao Juízo a quo piorar a situação do condenado, para determinar, sem fundamentação concreta de necessidade, a imediata execução da reprimenda, pois, além de desprezar o disposto no v. acórdão, caracteriza reformatio in pejus”, explicou o desembargador. “Deve ser reconhecido o direito do reclamante de aguardar, em liberdade, o trânsito em julgado da sentença condenatória contra ele proferida”, complementou.

Para o advogado Robson Thomas Moreira, que atuou na causa, o posicionamento do tribunal assegura a autoridade dos acórdãos, além de preservar as garantias constitucionais de todos, mesmo de réus em ações penais. “Não podendo em hipótese alguma, haver mudanças de paradigmas desfalecendo aquilo que já foi decidido, a uma ótica de agravar a situação do réu, ferindo a coisa julgada”, disse o representante do réu.

21 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Assembleia aprova reajuste para servidores do MP, TJ, TC e Defensoria

Por unanimidade, deputados estaduais autorizam correção nos salários de várias categorias. Impacto nos cofres será de R\$ 126 milhões

Euclides Lucas Garcia

● Por unanimidade, os deputados estaduais do Paraná aprovaram ontem quatro projetos de lei para reajustar os salários de várias categorias de servidores públicos do estado.

Reajustes são também para pensionistas e para aposentados

● O projeto de lei 238/2016, de autoria do TJ-PR, pede reajuste de 9,28% para todos os servidores do órgão, bem como os quadros de aposentadoria, pensão e gratificações. O impacto para 2016 será de R\$ 55,8 milhões e, para 2017, de R\$ 94,37 milhões.

Três desses projetos — que tratam da correção salarial para funcionários do Ministério Público Estadual (MP-PR), das tabelas de vencimento dos cargos e funções dos quadros pessoais do Tribunal de Justiça (TJ-PR) e do reajuste para os funcionários do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR) — seguem agora para sanção governamental.

O quarto, que ainda precisa passar por votação em redação final, trata da revisão anual das tabelas de venci-

Com o reajuste, a despesa anual com pessoal do Poder Judiciário será de R\$ 1,58 bilhão para o exercício de 2016 e alcança quase R\$ 1,7 bilhão em 2017, segundo o projeto. E o projeto 240/2016, de autoria do TC-PR, também pede o reajuste porcentual do IPCA para o período de maio de 2015 a abril de 2016, com vigência a partir de 1º de maio desse ano. O reajuste também serve aos servidores ativos e inativos.

mento das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública.

O projeto de lei 237/2016, de autoria do MP, concede reajuste no porcentual de 9,28% na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico a todos os ocupantes de cargos efetivos do Ministério Público do Paraná.

Segundo o texto do projeto, o aumento corresponde à atualização inflacionária do período de maio de 2015 a abril de 2016 da tabela do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Entram nesse aumento reajustes aos aposentados.

O projeto ainda estabelece a equiparação dos valores de Gratificação de Função Privativa dos policiais civis e militares em relação aos investigadores e escrivães da Polícia Civil.

CONTINUA

O impacto orçamentário será de R\$ 2,13 milhões por mês ou R\$ 25,5 milhões até o fim desse ano. O quarto item, o projeto 239/2016, é de autoria da Defensoria Pública, e promete um acréscimo mensal de despesas de R\$ 1,84 milhão neste ano. E de R\$ 3,17 milhões no período de 2017–2018. Com o reajuste, a despesa anual da Defensoria será de R\$ 31,3 milhões (em 2016) e R\$ 34,79 milhões (2017).

R\$ 126,17 MILHÕES

O impacto para 2016 nos reajustes propostos pelos órgãos nas contas do Paraná será de R\$ 126,17 milhões e vem em um momento em que o estado tenta contrair novos empréstimos com a União, além de renegociar sua dívida com o governo federal.

ENCONTROS

O governador Beto Richa (PSDB) se encontrou duas vezes com o presidente interino, Michel Temer (PMDB), de forma privada, para negociar a liberação de empréstimos que somam cerca de R\$ 1,7 bilhão. Até agora não houve a liberação dos recursos.

21 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O impacto mensal na folha de pagamento do Ministério Público será de R\$ 1,4 milhão e corresponde a um aumento de 3,03% referente ao último mês antes da atualização.

O impacto do exercício (maio a dezembro de 2016), com férias e 13.º salário, será de R\$ 13,51 milhões. Para 2017, será de R\$ 19,28 milhões. Já o valor do acréscimo da equiparação salarial dos policiais será de R\$ 15.683,14 por mês.

Colaborou Eriksson Denk, especial para a Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

União congela dívidas estaduais até 2017

Acordo garante aos estados seis meses de carência para pagar os débitos e desconto regressivo na parcela até junho de 2018

| Rosana Felix com agências

● Após uma nova rodada de negociações, os estados ganharam carência de seis meses para voltar a pagar as dívidas com a União e um desconto regressivo a partir de janeiro de 2017 de 5,55 pontos percentuais por mês. O pagamento integral só será retomado em julho de 2018.

A medida é considerada fundamental para aliviar o caixa dos entes federados no curto prazo, mas insuficiente para evitar um colapso tal qual aconteceu no Rio de Janeiro, que na sexta-feira (17) decretou estado de calamidade por causa de problemas financeiros. O montante total dos débitos estaduais com o governo federal somava R\$ 486,18 bilhões em março deste ano, segundo dados do Banco Central.

O acordo firmado entre governadores e a União nesta segunda-feira (20) encerra um longo período de negociação que teve início ainda em 2015 com Dilma Rousseff, quando os termos eram mais rígidos. Os governadores se aproveitaram da instabilidade política no primeiro mês da gestão interina de Michel Temer para reivindicar mais benefícios. A pressão era por uma anistia de dois anos no pagamento da dívida, mas isso foi vetado pela equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Há, porém, questões pontuais que serão negociadas isoladamente com os estados. A União deve tratar diretamente com o Rio de Janeiro, que acumula déficit de R\$ 19 bilhões nas contas públicas. São Paulo e Minas Gerais também podem receber tratamento diferenciado — algo já reivindicado pelo Rio Grande do Sul, que acumula rombo financeiro em torno de R\$ 6,3 bilhões.

Segundo Meirelles, o impacto fiscal do acordo será de R\$ 20 bilhões em 2016, R\$ 15 bilhões em 2017 e outros R\$ 15 bilhões em 2018, totalizando R\$ 50 bilhões. O ministro garantiu que o impacto para 2016 já estava previsto na meta fiscal deste ano, que prevê déficit de R\$ 170,5 bilhões.

O economista Pedro Jucá Maciel pondera que não havia outra solução no momento e que o acordo com os governadores não deve causar grande impacto nas finanças do Brasil. “O mercado já vinha percebendo que a situação dos estados era insustentável”, diz. “A União precisa passar uma sinalização de austeridade, mas os estados precisavam pleitear mais benefícios”, concorda o analista Cristiano Noronha, vice-presidente da Arko Advice. Para ele, havia uma disposição de ambas as partes em ceder.

Maciel alerta que o desconto na dívida traz efeitos apenas no curto prazo. “O ideal é que se costure bem esse acordo, com alívio imediato nas finanças públicas, mas com exigência de contrapartidas dos estados, para controle de despesas correntes e de despesas com pessoal”, afirma.

Colaborou Sérgio Luis de Deus.

21 JUN 2016

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

21 JUN 2016

OTAMANHODA DÍVIDA

São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são as unidades da federação que mais devem à União. Juntos, representam 86% da dívida total dos estados:

		Valor do débito (em bilhões de R\$) *	Receita corrente líquida (em bilhões de R\$) **	Relação entre dívida e receita
1º	Rio Grande do Sul	53,10	30,14	1,76
2º	São Paulo	225,89	140,4	1,61
3º	Minas Gerais	80,81	51,64	1,56
4º	Alagoas	8,16	6,31	1,29
5º	Rio de Janeiro	57,82	50,33	1,15
6º	Goiás	12,99	17,36	0,75
7º	Mato Grosso do Sul	6,04	8,1	0,75
8º	Santa Catarina	9,15	19,41	0,47
9º	Paraná	10,22	31,1	0,33
10º	Rondônia	2,16	7,23	0,30

* Dados de março/2016 ** Dado anual de 2015

Fonte: Banco Central - Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional.
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTRAPARTIDAS

Estados prometem apoio à PEC dos gastos públicos e retirada de ações no STF

Os governadores aceitaram as contrapartidas que a União estava exigindo. Entre elas, a inclusão dos entes federativos na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe um teto ao crescimento de gastos. Esse limite deverá alterar os percentuais destinados às áreas da educação e da saúde. O acordo também abarca o projeto de lei 257/2016, criado ainda no governo Dilma Rousseff, que trata da renegociação das dívidas estaduais.

Deverá ser apresentado um substitutivo que restringe aumentos salariais à inflação por um prazo de dois anos e que também estabelece um teto de gastos, de forma semelhante ao que propõe a PEC. Porém, o projeto não altera as receitas destinadas à saúde e à educação, que tem percentuais mínimos definidos pela Constituição. A expectativa é que o projeto de lei seja votado antes da PEC, prevista para passar no Congresso apenas em outubro. Além disso, os estados que detêm liminares na Justiça que suspendem o pagamento das dívidas deverão retirar as ações e pagar esse resíduo em 24 meses.

Caixa do Paraná ganha alívio de R\$ 481 milhões

João Guilherme Frey

Especial para a Gazeta do Povo

O Paraná vai ter um alívio de R\$ 481 milhões no orçamento de 2016 com o acordo de suspensão do pagamento da dívida dos estados com a União até o início de 2017. O valor é referente às parcelas da dívida que seriam pagas entre os meses de julho e dezembro. O acordo firmado nesta segunda-feira (20) em Brasília, também prevê que pagamentos dos estados à União que não foram realizados em função de liminares sejam feitos em 24 meses a partir de julho de 2016.

Amparado por uma liminar do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), do dia 11 de maio, o Paraná já não vinha pagando as parcelas da dívida. Isso porque, assim como fizeram outros 13 estados, pediu ao STF que acatasse o recálculo da dívida feito com base em juros simples. Nesse cenário, de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda, o Paraná torna-se credor do governo federal, com um valor a receber de pouco mais de R\$ 1 bilhão.

A disputa entre estados e União sobre a forma de capitalização da dívida chegou ao plenário do STF no dia 24 de abril. Na ocasião, o Supremo suspendeu o julgamento do mérito da ação por 60 dias para que as partes buscassem um acordo sobre a situação. O prazo para as negociações acaba na segunda-feira (27).

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

21 JUN 2016

Moro substitui Lula

Uma fotografia do juiz Sergio Moro com dona Flora Madalosso (ver ao lado) deverá substituir a do ex-presidente Lula na entrada do restaurante Madalosso, em Santa Felicidade. A decisão de trocar a foto no painel de entrada, uma das atrações da casa, deve-se à constante reclamação de clientes ao verem o petista ao lado do então maître do Madalosso, Ernani Ribas do Vale, já falecido, que recepcionava as autoridades e clientes ilustres com seu inseparável smoking. A foto que vai para o painel foi feita logo que Moro chegou para o jantar em sua homenagem organizado por um grupo de juizes de todo o país, na última sexta-feira.



O juiz Sergio Moro com dona Flora Madalosso no jantar em sua homenagem realizado em Curitiba. A foto deve substituir a de Lula na entrada do restaurante de Santa Felicidade.

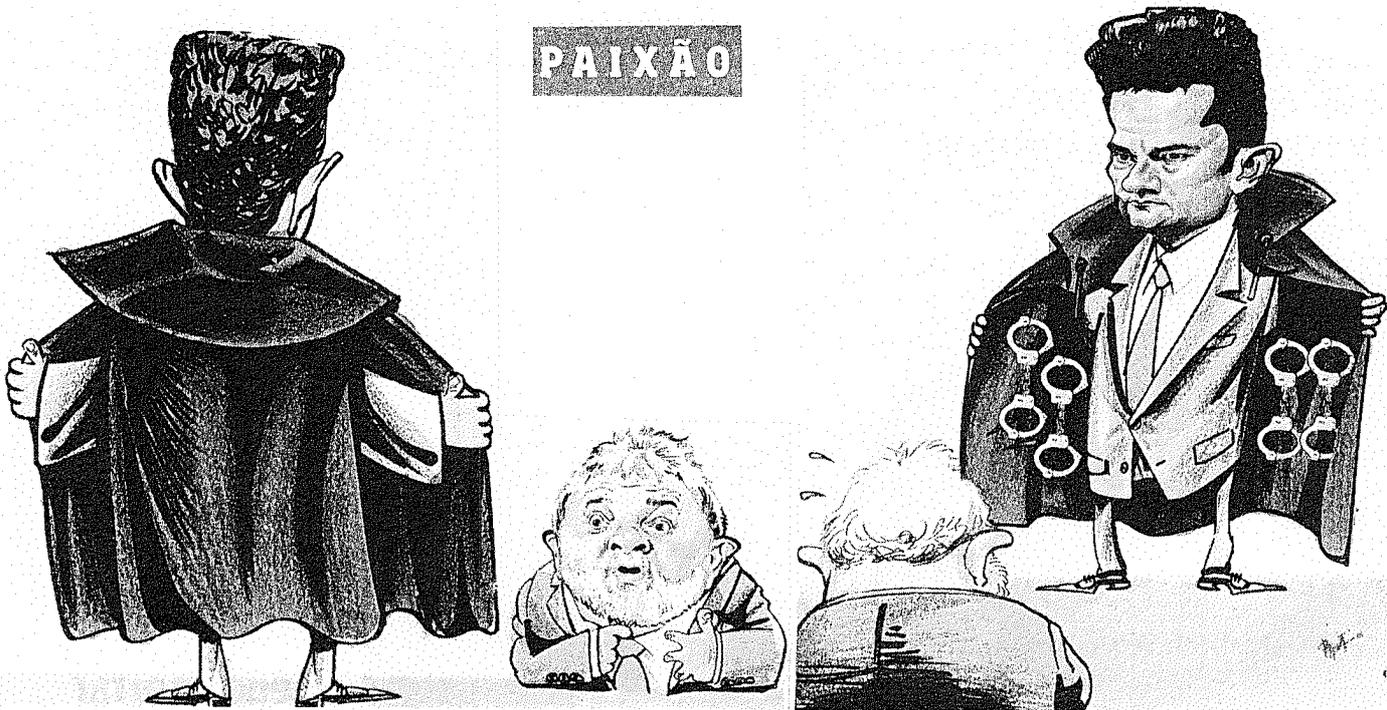
A advogada Rosângela Wolff Moro (à dir.), mulher do juiz Sergio Moro, com sua colega Sandra Comodaro, do escritório Nelson Willians, no debate sobre Marco Regulatório para o Terceiro Setor realizado ontem, no qual ela foi uma das debatedoras convidadas.



21 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



Moradores da Vila Domitila convivem com o pesadelo de serem despejados

Proprietários de imóveis em área nobre de Curitiba travam luta na Justiça com o INSS para permanecer em suas casas

Diego Ribeiro

● Dormir sem saber se, na manhã seguinte, um oficial de Justiça baterá na sua porta, acompanhado de policiais federais, para despejá-lo. Essa sensação foi descrita por um morador da Vila Domitila, localidade entre o Ahú e o Cabral, considerada região nobre da capital, que congrega alguns lotes que, juntos, somam 191 mil metros quadrados. Todo santo dia o motorista Oscar Ribeiro de Castro, de 57 anos, pensa em ser obrigado a deixar sua casa, onde mora desde 1998. O terreno onde construiu sua vida é foco de disputa histórica, que está próxima do fim.

De acordo com o juiz da 2.ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, Claudio Roberto da Silva, já não há mais dúvida sobre a propriedade da Vila Domitila. O magistrado afirmou que é do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). “Está superado. Não há mais essa discussão quanto à propriedade da Vila Domitila. Não é mais matéria que vá voltar para a Justiça”, afirmou o magistrado.

Apesar disso, os moradores seguem lutando para tentar ficar na área, onde construíram suas vidas. “É muito complicado viver assim sem saber se o oficial de Justiça vai chegar. Não dá nem para investir na propriedade, ir arrumando a casa”, comentou. Ele mora com a esposa e mais um filho. Comprou o terreno em 1994.

Na chamada Vila Domitila — batizada em homenagem à mulher de Caetano Munhoz da Rocha, ex-proprietário da área —, são 250 famílias moradoras (cerca de 30 já foram despejadas por determinação da Justiça), como a do Oscar, que passaram décadas

em guerra contra o INSS. “Estamos gritando socorro”, afirmou. Muitos compraram a área de terceiros, outros herdaram.

Perícia

Para os moradores da Vila Domitila, as ações reivindicatórias do INSS não levaram em conta uma primeira perícia geográfica determinada pela própria Justiça, em que teria sido comprovada há alguns anos que a área onde eles estão não é a demandada pelo INSS.

De acordo com os moradores, essa perícia foi realizada há vários anos nos processos onde se discutiam a posse dos terrenos, em ações de reintegração de posse.

A presidente da Associação de Moradores da Vila Domitila, advogada Shirlei Bonfim, afirmou que a perícia da ação reivindicatória é real, mas não se refere ao local onde os moradores estão e o próprio perito levanta a possibilidade de conter vícios. “O documento é válido, mas não é aqui”, afirmou ela.

250 FAMÍLIAS

vivem na Vila Domitila, entre os bairros Ahú e Cabral, em Curitiba.

“O que a gente discute aqui não é apenas a propriedade, é o lado social. Estamos aqui há 50 anos. A prefeitura cobrou imposto de vários moradores durante muito tempo!”

Shirlei Bonfim, advogada.

CONTINUA

21 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Só o autor das ações pode alterar decisão dos tribunais", afirma juiz

● O juiz da 2.ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, Cláudio Roberto da Silva, responsável pelas decisões de execuções de despejo, afirmou que entende o drama vivido pelas famílias da Vila Domitila, mas não depende da Justiça Federal o resultado do caso. Segundo ele, todas as pessoas envolvidas e citadas tiveram direito à ampla defesa em todas as esferas da Justiça, incluindo os tribunais superiores em Brasília.

"Há coisa julgada. Houve um processo longuíssimo, onde se definiu a propriedade da autarquia federal. A partir desta coisa julgada, não cabe mais a qualquer juiz aqui do Paraná ou de qualquer lugar rever. Não houve nenhuma ordem absurda, em que pese o drama humano, que é entendido por todos", afirmou, em entrevista por telefone.

Na avaliação do magistrado, apenas o INSS pode mudar o cenário agora. "Só o próprio autor pode alterar o que foi decidido pelos tribunais. Se o INSS não quiser executar o título que

«Está superado. Não há mais essa discussão quanto à propriedade da Vila Domitila. Não é mais matéria que vá voltar para a Justiça.»

Claudio Roberto da Silva, juiz da 2.ª Vara da Justiça Federal.

tem é um direito dele. Portanto, a briga passa a ser política. Eu sou um mero juiz. Aplico a lei", comentou.

Segundo o magistrado, o processo, que tramita desde 1970, só durou o período longo em razão de várias omissões, incluindo do próprio INSS, e porque todos os envolvidos tiveram garantidos seu direito de ampla defesa.

INSS

Para o INSS, não há mais o que se discutir em relação à área da Vila Domitila. Em resposta aos pedidos da reportagem sobre o tema, a assessoria de imprensa do INSS enviou um ofício do órgão remetido à CPI na Câmara que trata sobre o tema. Nele, o Instituto afirmou que a propriedade da área é do INSS — o que se discute ainda é apenas a permanência dos moradores na localidade.

"O INSS não possui autonomia para interromper as reintegrações de posse na medida em que não pode dispor do patrimônio público ainda mais quando expressamente destinado ao pagamento de benefícios previdenciários", afirmou o órgão.

CONTINUA

21 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

IMPOSTOS

Morador pagou IPTU por mais de 20 anos

● O bacharel em Direito e quase geógrafo Estevão Pereira, 64 anos, pagou por mais de 20 anos o IPTU para Prefeitura de Curitiba. Ele se formou em Direito em 2012 e abandonou a faculdade de Geografia no quarto ano em 2000. As graduações foram iniciadas apenas com o objetivo de entender aquilo que mais o incomodava na vida: a discussão sobre a propriedade do terreno que entendia ser dele.

"Estou aqui há 41 anos, com mulher e três filhos. Daqui, podem me tirar, mas eu não vou sair nunca", afirmou, ao receber a reportagem.

O vizinho da frente de Estevão foi obrigado a sair. No local, há uma placa, onde o INSS afirma que a área foi alvo de reintegração de posse e faz uma advertência alertando que invasão é crime. Estevão e sua família, cada vez que saem de casa, lembram que podem ser os próximos despejados.

"Paguei [IPTU] por mais de 20 anos. Parei de pagar porque pararam de cobrar. Não tenho para onde ir", disse.

CPI na Câmara traz esperanças

● Na desesperança de reverter caso na Justiça, os moradores da Vila Domitila agora mantêm expectativas sobre o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito, aberta na Câmara de Vereadores, presidida pela vereadora Julieta Reis e com relatoria do vereador Edson do Parolin. "Queremos agora que os peritos fiquem frente à frente na CPI para explicarem", disse Shirlei. Na última quarta-feira (15), na Comissão, os vereadores questionaram a prefeitura, provocados pelos moradores, onde estaria a planta da Vila Domitila de 1927. A presidente da CPI, vereadora Julieta Reis (DEM), pediu ao município um levantamento histórico dos documentos que definem a área.

21 JUN 2016

GAZETA DO POVO

STJ vê discriminação em exclusão de tatuado em concurso público

● O Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a exclusão de um candidato de concurso público por ter tatuagem. O reclamante havia sido considerado inapto fisicamente para prosseguir no processo seletivo para o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Aprovado na primeira fase do certame – prova objetiva –, em 2004, foi excluído na fase de exames médicos. O STJ aceitou os argumentos do candidato. Ele defendeu que ser excluído pelo simples fato de ter tatuagem seria preconceito e discriminação.

21 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Processos se multiplicaram 80 vezes em 27 anos

Julia Affonso

Agência Estado

São Paulo - Em 27 anos, o número de processos em todas as esferas do Judiciário aumentou aproximadamente 80 vezes. Os dados são do ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 1988, ano da nova Constituição, foram ajuizadas 350 mil ações. Em 2014, 30 milhões. "Esse número nunca parou de crescer", afirmou o ministro, que esteve em São Paulo, na última sexta-feira, para uma palestra do Instituto dos Advogados de São Paulo sobre o impacto do novo Código de Processo Civil na Corte.

De acordo com o ministro, em 2001, foram ajuizados 12 milhões de processos, em 2009, 25,3 milhões e 2011, 26,3 milhões. Em 1988, havia 4,9 mil juízes. Em 2014, eram 16.927 magistrados.

"Nesses 27 anos de Constituição, o número de processos ajuizados se multiplicou 80 vezes enquanto o número de juízes não chega a quadruplicar. Somos 17 mil hoje. Mas ainda assim nosso problema não é esse. Nós estamos bem na média mundial de juízes por 100 mil habitantes. Nós temos oito juízes por 100 mil. Nosso problema está na carga de trabalho", afirmou.

FOLHA DE LONDRINA

**Aula de Justiça
e Cidadania
em Apucarana**
Reportagem Local

21 JUN 2016

Apucarana - Estudantes da rede municipal de Apucarana (Centro-Norte) terão aulas sobre cidadania e justiça. Ontem, representantes da Autarquia Municipal de Educação e do Tribunal de Justiça, por meio da Comarca de Apucarana, firmaram parceria para o desenvolvimento do projeto "Cidadania e Justiça também se aprendem na escola". As atividades contemplarão até o final do ano cerca de 1,3 mil crianças, matriculadas no 5º ano do ensino fundamental em 33 escolas.

"Primeiramente os professores vão trabalhar em sala de aula uma cartilha enviada pelo Tribunal de Justiça, ensinando aos alunos os principais direitos e deveres que um cidadão possui. Depois essas crianças visitarão o fórum local para conhecer a estrutura do poder judiciário e assistirão a palestras com promotores, juízes e advogados," explicou juíza de Direito de Apucarana, Carolline de Castro Carrijo.

A secretária de Educação, Marli Fernandes, afirma que a iniciativa do Tribunal de Justiça é relevante e vêm ao encontro do currículo crítico desenvolvido na rede municipal. "Esse projeto contribuirá para a educação integral na medida em que ensinará aos nossos alunos noções de cidadania, civismo e participação na vida em comunidade," afirmou.

21 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Reajustes

A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná aprovou ontem, em redação final, os projetos de lei 237/2016, 238/2016 e 240/2016, que concedem 9,28% de reajuste aos servidores do Ministério Público (MP), do Tribunal de Justiça (TJ) e do Tribunal de Contas (TC) do Estado, respectivamente. Com isso, as mensagens seguirão agora para a sanção ou veto do governador Beto Richa (PSDB). Os aumentos, correspondentes à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio de 2015 a abril de 2016, passaram por unanimidade. Já em terceira discussão, foi aprovada a mensagem 239/2016, que concede o mesmo percentual de reposição aos membros da Defensoria Pública.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

21 JUN 2016

Despolitizar a política

Uma das malandragens da praça é de atribuir sentido eufemístico às palavras, especialmente as mais contundentes: assim quando Judiciário recupera atribuições essenciais, costuma-se dizer que está sendo “politizado” com o propósito de colocar tal postura não inerente aos seus propósitos mais abrangentes. Foi o que se disse, quando em função de vácuo legal, o Supremo Tribunal Federal deu o entendimento, mais do que interpretativo, em casos como o da Lei de Imprensa, tida como incompatível com a Carta de 1988 e também num episódio mais agudo, o da aceitação do casamento homoafetivo, que obviamente levado a um referendo teria todas as condições para ser derrotado.

Foi, em função desse ativismo, mais do que as suas decisões como a do mensalão e petrolão, que se ungiu o termo “politização”, como se tais entendimentos atingissem pressupostos fundamentais do ordenamento jurídico e os desfigurando.

Agora as concessionárias do pedágio estão insinuando que submeter a questão contratual ao arbítrio do legislativo ou de canais de representação popular é politizar a questão, como se na semântica isso significasse uma deturpação. A tortuosidade etimológica se repete com o verbo criminalizar: quando o MST invade propriedades, mata o gado, incendeia instalações e é criticado por essas transgressões, alegam que querem “criminalizar” os movimentos sociais ou, levando para o nosso cotidiano das roubaheiras da maioria esmagadora dos políticos, insinuando que se trata de manobra para “criminalizar” a política em que os mocinhos seriam os vilões do desfile diário da Lava Jato e bandidos os que se opõe a tudo isso.

Saída

Uma hora os que invadem, mesmo que haja tolerância a quem cabia reagir, têm que deixar o local ocupado. Sempre é assim: passada a razão circunstancial, as coisas voltam ao normal. Tudo decorre de uma interpretação decorrente do novo momento brasileiro em função da Constituição de 1988, em que o princípio da liberdade se sobrepõe ao da autoridade, o que é manifestamente captado no exercício de pressão e participação sem limites, mesmo que claramente afrontosos à legislação. Isso também cansa, sofre estresse, coisa que vimos em 1988, quando abriram a Assembleia Legislativa para ocupação pelos professores, uma saída menos traumática que seria a invasão, tentada e rechaçada, do Palácio Iguazu. Ficaram vários dias mas tiveram um momento que sair, tal qual se deu agora com o grupo que ocupou as instalações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Curitiba. É claro que justificaram a saída alegando que é mais efetivo o combate ao “golpe” nas ruas, o que indica uma possível recarga. Nunca se viu na história um golpe submetido a tantos rituais e oferecendo tantas chances de reversão, mormente com a presidente deposta deitando e rolando em manifestações, inclusive nas sessões em que seu advogado de defesa atua com grande desenvoltura, logo ele que Lula queria ver fora da pasta da justiça por não dar uma dura na polícia federal, da qual foi afastado.

21 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Promotoria denuncia 4 por estupro coletivo

Folhapress

São Paulo - O Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou quatro pessoas por suspeita de participação no estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos no Morro da Barão, na capital fluminense, no último dia 21 de maio. A promotoria ofereceu denúncia à Justiça contra Rai de Souza, Raphael Assis Duarte Belo e Moisés Camilo de Lucena, o Canário, além de Sergio Luiz da Silva Junior, o Da Rússia, chefe do tráfico no morro.

Além do crime de estupro, Rai de Souza foi denunciado também por filmar e publicar na internet o momento do abuso sexual, crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Raphael Assis também deve responder por divulgar o vídeo do estupro.

De acordo com os pro-

motores, a vítima foi levada por Lucena a um local conhecido como "abatedouro" sob permissão do chefe do tráfico, Da Rússia. A denúncia diz que a menina sofreu abuso por horas, até a noite seguinte, sempre de forma conjunta. Da Rússia, por fim, mandou que a adolescente fosse retirada "antes que morresse no local", segundo o Ministério Público.

A promotoria diz que um adolescente participou do crime, mas não foi denunciado por ser menor de idade. Ele, contudo, ainda pode responder por ato análogo a estupro de vulnerável.

Mais duas pessoas foram indiciadas por divulgar as imagens em redes sociais. A Polícia Civil havia concluído o inquérito que investigou o crime na sexta-feira, e pediu à Justiça a prisão de seis homens e apreensão de um adolescente.

21 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

ALEP APROVA REAJUSTE

Da Gazeta do Povo

Por unanimidade, os deputados estaduais do Paraná aprovaram ontem quatro projetos de lei para reajustar os salários de uma série de categorias de servidores públicos do estado. Três deles que tratam

da correção salarial para funcionários do Ministério Público Estadual (MP-PR), das tabelas de vencimento dos cargos e funções dos quadros pessoais do Tribunal de Justiça (TJ-PR) e do reajuste para os funcionários do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR) seguem agora para sanção governamental. O último, que ainda precisa passar por votação em redação final, trata da revisão anual das tabelas de vencimento das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública. O impacto neste ano dos reajustes será de R\$ 126 milhões.

Um dos projetos estabelece a

equiparação dos valores de Gratificação de Função Privativa dos policiais civis e militares em relação aos investigadores e escrivães da Polícia Civil. Ontem, Richa e outros governadores se encontram com Temer, em Brasília, para uma reunião sobre a renegociação das dívidas dos estados. O Paraná contraiu o empréstimo de R\$ 5,6 bilhões em 1998 para pagar em 30 anos. Em 2015 a dívida era de R\$ 9,5 bilhões. Com a possível mudança do indexador (com a dívida sendo corrigida por juros simples), o Paraná receberá de volta R\$ 282,5 milhões pagos a mais em 2013 e 2014.

JORNAL DO ÔNIBUS

Aprovado reajustes do MPPR, do TJ e do TCE

Aprovados em redação final, os projetos que concedem o reajuste de 9,28% aos servidores do Ministério Público estadual, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado seguirão para a sanção do Poder Executivo. Os projetos fo-

ram aprovados por unanimidade pelos deputados nesta segunda-feira (20), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

Os reajustes propostos se referem à correção da inflação do período de maio de 2015 a abril de 2016, apontada

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em terceira discussão foi aprovado o projeto que concede o mesmo percentual de reajuste aos servidores e membros da Defensoria Pública. ●

METRO 21 JUN 2016

Reajuste aprovado vai custar R\$ 145 milhões

Salários. Quatro projetos garantiram a recomposição da inflação para servidores. Custo adicional será de R\$ 145 mi ano que vem

Foram aprovados ontem na Assembleia Legislativa quatro projetos de lei que reajustam em 9,28% salários em órgãos da Justiça do Paraná. A votação foi simbólica, por unanimidade entre os deputados, e não houve discussão em plenário.

O índice aplicado é o da inflação e terão direito à recomposição salarial imediata os servidores do Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública. De acordo com as previsões dos próprios projetos, o custo adicional dos reajustes em 2017 será de R\$ 145.328.688.

Dentre os órgãos, o maior custo com o aumento será no Poder Judiciário, que previu no próximo ano um impacto de R\$ 94 milhões devido à lei aprovada ontem. Com isso, a previsão é de que em 2017 a despesa total com o pessoal do Judiciário chegue a R\$ 1,695 bilhão.

Já o TCE calcula que o impacto será de R\$ 28,5 milhões, e no Ministério Público o estudo aponta para um gasto R\$ 19,2 milhões maior com pessoal no próximo ano. A Defensoria Pública previu gastar a mais R\$ 3.175.030 em salários em 2017.

THIAGO
MACHADO
METRO CURITIBA

R\$ 888

é o valor do auxílio alimentação pago aos funcionários do TCE. A tabela foi prevista na lei aprovada ontem.

Deputados Salários em discussão

O presidente da Assembleia Ademar Traiano (PSDB) desistiu de subir as verbas de ressarcimento e o líder do governo, Luiz Romanelli (PSB), também se diz contra um futuro aumento de salário. Apesar disso, o reajuste pode vir por efeito cascata após uma aprovação federal, já que os deputados estaduais ganham 75% dos federais. ● METRO CURITIBA

21 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Primeira presa da Lava Jato, doleira deixa a cadeia

Nelma Kodama, detida desde março de 2014, fez acordo de delação premiada e cumprirá prisão domiciliar

Ele ficou conhecida por ter tentado sair do país com 200 mil euros na calcinha; também cantou em sessão de CPI

ESTELITA HASS CARAZZAI

DE CURITIBA

BELA MEGALE

DE SÃO PAULO

Primeira detida na Operação Lava Jato, a doleira Nelma Kodama deixou a prisão nesta segunda-feira (20) após firmar um acordo de delação premiada.

Autointitulada “a última grande dama do mercado”, Kodama, 49, que já teve um relacionamento com o doleiro Alberto Youssef, ganhou notoriedade após cantar “Amada Amante” durante uma sessão da CPI da Petrobras, em 2015, e salvar um carcereiro de um ataque cardíaco na Polícia Federal.

A delação, negociada durante meses, ainda não foi homologada pelo juiz Sergio Moro. Em declarações anteriores, a doleira prometeu detalhar como mudanças na regulamentação bancária abriram caminho para a abertura de contas ocultas no exterior, facilitando a lavagem de dinheiro.

Kodama estava presa havia dois anos e três meses, desde março de 2014, quando foi pega no aeroporto de Guarulhos (SP) com 200 mil euros na calcinha, tentando sair do país.

Ela recebeu uma tornozeleira eletrônica e irá permanecer em prisão domiciliar.

A doleira já foi condenada a 18 anos por corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, mas cumprirá pena diferenciada por causa do acordo. O advogado de Kodama, Juan Marciano Viera, não quis se manifestar sobre os detalhes da negociação.

“Ela está bem tranquila, consciente da situação em que está e da punição que já teve. Foi uma experiência que certamente trouxe muito aprendizado para ela”, disse o advogado.

Quando estava presa, Kodama ainda prometia escrever um livro sobre suas experiências. O advogado diz que “material para isso ela tem”. “Só falta ver se ela vai levar o plano adiante.”

DELAÇÃO PREMIADA

Nelma Kodama chegou a firmar um acordo de delação premiada com a Polícia Federal meses depois de ser detida, em 2014, revelando informações usadas na deflagração das fases iniciais da operação.

A negociação, porém, não envolveu a força-tarefa de Curitiba (PR), que é responsável pela condução dos acordos. Com isso, Nelma não pôde usufruir de benefícios como redução de pena ou prisão domiciliar, como acontece com colaboradores que se acertam com os procuradores.

Posteriormente, a doleira passou a fazer uma nova tentativa de delação, desta vez com a força-tarefa da Lava Jato e com o suporte da Polícia Federal. Esse fato culminou na sua progressão de regime, nesta segunda.

O mesmo aconteceu com Lara Galdino, braço-direito de Nelma e administradora de empresas de fachada que também estava presa na sede da PF no Paraná.

Há duas semanas, ela passou para prisão domiciliar após acertar acordo com os procuradores da força-tarefa.

Inicialmente, Lara também havia negociado delação somente com a PF.

Nos dois casos, os delegados destacaram aos procuradores a importância das colaborações serem aceitas pelo MPF.

O advogado de Lara é o mesmo de Nelma, Juan Viera.

21 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

